

PARA UMA FENOMENOLOGIA DA EXPLICAÇÃO

CASSIANO REIMÃO*

Introdução

W. Dilthey resolveu a questão da relação entre *explicação* e *compreensão* em termos dicotómicos; a *compreensão* seria específica das ciências humanas; a *explicação* pertenceria às ciências da natureza. Esta aporia da explicação-compreensão, central para a hermenêutica, estava implícita no projecto de Schleiermacher da construção de uma Hermenêutica Geral que distinguiria os factores internos (subjectivos) dos factores externos (objectivos) de um autor e da sua obra, associando a estes dois planos dois métodos: o método psicológico e o método gramatical.

Para Dilthey, a explicação pertenceria ao domínio dos objectos não humanos; a compreensão implicaria a subjectividade irreductível do mundo humano (a experiência interna vivida “*Erlebnis*” dos homens); a compreensão, no entender de Dilthey, referir-se-ia à vida psíquica (vida como conjunto de relações intersubjectivas, perpassadas por uma conexão dinâmica).

Com a preocupação implícita de mostrar que a *explicação* e a *compreensão* não são estratégias dicotómicas, mas, como refere P. Ricoeur, processos dialecticamente complementares, interdependentes, na relação operativa do homem com o mundo, isto é, no interior do inquebrantável círculo hermenêutico, estabelecido entre o homem e o mundo, aborda-se, neste trabalho, o processo de *explicação*, central no projecto metodológico científico, dirigido à construção da teoria científica, apresentando-o numa *perspectiva analítico-descritiva*, na busca, na medida do possível, de uma evidência fenomenológica.

Uma teoria da explicação procura definir o respectivo processo gnoseológico; apresentando uma explicação da explicação, examinar-se-á aqui o aspecto ideal da explicação, incidindo na sua estrutura ideal, na

* Departamento de Filosofia.

sua constituição, na sua função. Atenderemos, num primeiro momento, à explicação, em geral, ao seu fundamento e ao seu objectivo, passando em seguida, à análise dos principais elementos que constituem a situação da explicação: o explicador, como sujeito do processo, e o explicado, como acontecimento cujo sentido é transcrito numa significação.

Uma teoria da explicação é uma explicação da explicação; a explicação é assumida como acontecimento a explicar; apresentaremos uma descrição dos respectivos elementos, enquanto objectos ideais, que constituem a situação de explicação, procurando efectuar uma gnoseologia descritiva daqueles elementos, enquanto objectos ideais.

1. A explicação enquanto situação cognitiva

A explicação, considerada como acontecimento, é uma situação cognitiva. “Alguém explica qualquer coisa a alguém”; nisto consiste o essencial da situação de explicação que integra um sujeito que explica (o explicador), um destinatário e um conteúdo (qualquer coisa que é explicável e que deve ser explicada, tornando-se extensiva a alguém). O explicador define o quadro ideal que permite a explicação. A explicação propriamente dita consiste na atribuição de uma significação a um explicável, sendo esta significação produzida pelo explicador. O processo de explicação consiste, assim, na inserção do explicável no quadro ideal definido pelo explicador.

A explicação, no sentido vulgar do termo, designa simultaneamente um *processo* e o *resultado deste processo*.

O *processo* de explicação designa a actividade de um sujeito (o explicador) que explica qualquer coisa (aquilo que é explicado), por forma a serem produzidas significações. O processo de explicação é uma variante das situações cognoscitivas na qual um explicador utiliza elementos para explicar explicáveis. A explicação propriamente dita consiste na atribuição de uma significação a um explicável, no quadro ideal de um explicador que produz esta significação.

A explicação, o processo de explicação, a situação de explicação, só têm sentido em relação e na dependência do acto de explicar.

Antes de nos debruçarmos sobre a natureza e sobre a forma da explicação impõe-se-nos uma verificação “material”: a explicação efectua-se através de palavras; explicar é uma actividade de linguagem. Admitindo

que “explicar” quer dizer “fazer conhecer”, “fazer compreender com clareza”, “tornar claro um conteúdo, desenvolvendo-o”, “fazer conhecer as causas ou as razões”, torna-se evidente que se trata de uma actividade que se materializa sempre através da linguagem; toda a explicação é verbal.

2. Explicação e linguagem

A radicação ontológica da consciência faz-se sempre *na e pela* linguagem; esta é a condição transcendental em que assenta primordialmente a relação do homem com o mundo. A linguagem representa o fundo absoluto de simbolização do mundo. Como refere Heidegger, “a capacidade de falar não é apenas *uma* aptidão do ser humano, situada ao nível das outras. A capacidade de falar distingue o homem, marcando-o como ser humano”⁽¹⁾. Gadamer, no mesmo sentido, afirma que “a linguagem não é apenas uma das faculdades de que está equipado o homem no mundo, mas é nela que se mostra o facto de que os homens têm *um mundo*”⁽²⁾.

É na linguagem que o homem se abre ao mundo e é na linguagem que o mundo se dá ao homem como sentido. Nas palavras de Gadamer, “não só o mundo não é mundo senão na medida em que se exprime numa língua, mas a língua não tem a sua verdadeira existência senão no facto de o mundo se representar (*darstellt*) nela”⁽³⁾.

É, portanto, *na e pela* linguagem que tudo vem a ter sentido para o homem. Mas, por si mesma, a linguagem não diz nada. É nesse plano que assenta a análise linguística de tipo estrutural com origem em Ferdinand de Saussure. A língua é, desse ponto de vista, descrita como “uma entidade autónoma de dependências internas”. Por outro lado, evidenciando uma estrutura inconsciente, prévia ao sujeito falante (explicador), refere P.

⁽¹⁾ HEIDEGGER, M., *Acheminement Vers la Parole*, (trad. fr. de Jean Beaufret, Wolfgang Brokmeier e François Fédier), Gallimard, Paris, 1976, p. 227.

⁽²⁾ GADAMER, H.-G., *Vérité et Méthode: les Grandes Lignes d'une Hermeneutique Philosophique*, (trad. fr. de Étienne Sacre), Seuil, Paris, 1976, p. 295.

⁽³⁾ Ibidem, p. 295.

Ricoeur: “a ordem semiológica (...) não é senão o conjunto das condições de *articulação*”⁽⁴⁾ que tornam possível o discurso e a referência ao mundo.

Mas, se a linguagem marca a abertura do homem ao ser, marca também o encerramento do ser na finitude da linguagem.

Explicar é uma das expressões da actividade ideal de um sujeito, actividade que implica a reflexão e que se manifesta através da linguagem; esta linguagem é discursiva, isto é, *não se explica* através de imperativos, mas através de afirmações; a explicação exprime-se no indicativo e não no conjuntivo ou no imperativo; explicar consiste em elaborar um objecto de linguagem, em produzir um objecto ideal. O explicado não é explicável senão na medida em que se transforma em objecto ideal, tornando-se efectivamente explicado quando o objecto ideal em que se transformou se situou de modo coerente no contexto ideal que lhe serve de base explicativa.

Em relação ao sujeito explicador, o explicado apresenta-se sob a forma de um determinado estado de coisas, de uma determinada situação, de *um determinado modo de ser*, isto é, de um determinado fenómeno; *um estado de coisas* é uma entidade constituída por elementos, de natureza e de complexidade diversas, ligados entre si por um conjunto de relações em que a tónica é colocada no aspecto estático do conjunto. Uma *situação* é um conjunto do mesmo género, mas em que a tónica é colocada no aspecto dinâmico. Num estado de coisas, a tónica é colocada na estrutura; numa situação, a tónica é colocada na transformação.

Uma situação pode ser considerada como um estado de coisas “em movimento”; e um estado de coisas como uma situação “em repouso”.

Um modo de ser designa a relação que liga um elemento àquele que lhe serve de base, quer se trate de sua estrutura interna, quer do seu contexto: uma relação que pode ser estática (de subsistência), ou dinâmica (de transformação). Enquanto um estado de coisas e uma situação visam um conjunto composto, “molecular”, o modo de ser refere-se a um elemento “atômico”.

Esta distinção entre os explicáveis em *estados de coisas*, *situações* e *modos de ser* diz respeito à gnoseologia dos explicáveis e não à ontologia dos explicáveis: *estados de coisas*, *situações* e *modos de ser* são assim porque assim aparece o mundo ao sujeito explicador, podendo esta tríplice

⁽⁴⁾ RICOEUR, P., *Le Conflit des Interprétations: Essais d'Herméneutique*, Seuil, Paris, 1969, p. 250.

contextura ser traduzida pela designação de *fenómeno*. A explicação é um processo ideal que não tem sentido senão em relação a um sujeito que está em condições de pôr em execução tal processo porque distingue os explicáveis.

Os explicáveis são apreendidos mais como conjuntos de relações do que como objectos. Não é um objecto que se explica mas a relação de um elemento ao seu contexto e à sua estrutura ou a relação estática ou dinâmica de elementos entre si. Os explicados, na medida em que são explicáveis, não são objectos mas relações de objectos, estados de coisas, situações, modos de ser, *fenómenos*.

3. Facto, acontecimento, sentido e significação

O mundo do sujeito é, para o sujeito, tudo o que o envolve: estados de coisas, situações e modos de ser, *fenómenos*, isto é, *factos* (aquilo que já se realizou) e *acontecimentos* (o que está em realização). Os estados de coisas e os modos de ser estáticos são *factos*; as situações e os modos de ser dinâmicos são *acontecimentos*. O mundo do sujeito é, portanto, para o sujeito, um conjunto de *factos* e de *acontecimentos*, de natureza e de extensão diversas, uma vez que *factos* e *acontecimentos* podem alargar-se e incluir outros; estes *factos* e estes *acontecimentos* exprimem relações entre elementos, podendo estes ser considerados como objectos, isto é, como entidades integradas no contexto em que se situam.

Por comodidade de exposição, utilizamos as expressões “acontecimento” ou “fenómeno” para designar quer os *factos*, quer os *acontecimentos* propriamente ditos; com efeito, pode considerar-se o *facto* como um acontecimento estabilizado, assim como o acontecimento pode ser considerado como um *facto* em transformação; a expressão acontecimento/fenómeno privilegia o aspecto dinâmico, o aspecto de transformação daquilo que ocorre, o que não sucede com o *facto*.

Um acontecimento/fenómeno é aquilo que ocorre, aquilo que tem lugar num dado momento. Há acontecimentos que não ocorrem senão uma vez (por exemplo, os acontecimentos históricos); outros acontecimentos repetem-se (por exemplo, o nascer do Sol). Deve, assim, distinguir-se o acontecimento da sua efectuação, isto é, da sua realização concreta, num espaço e num tempo particulares. Um acontecimento pode ter uma efectuação única, outro pode ter efectuações múltiplas; contudo, o

acontecimento é acontecimento porque tem efectivamente lugar, porque ocorre. Podemos, assim, considerar no acontecimento como que uma forma, em relação à qual a efectuação do acontecimento num espaço e num tempo particulares desempenharia o papel de matéria; a efectuação é aquilo que permite situar o acontecimento no espaço e no tempo. Não se trata, de modo algum, de distinguir, no acontecimento, um plano de essências de um plano de realidades, de efectuação, de existência, pois não há acontecimento sem efectuação. O acontecimento não é um conceito de que as diversas efectuações constituiriam ilustrações particulares. A efectuação é a “matéria” do acontecimento; a “forma” do acontecimento não é uma mera essência; a forma do acontecimento equivale à sua expressão verbal; esta expressão verbal é designadora do sentido do acontecimento. Do mesmo modo que tem uma efectuação, o acontecimento possui um sentido; é por isso que exige *explicação*. Todo o acontecimento tem um sentido, isto é, todo o acontecimento pode ser formulado, pode ser trazido à linguagem, de modo a que um sentido corresponda ao acontecimento. Um acontecimento de que nada pudesse ser dito, um acontecimento sem sentido, não seria um acontecimento. Como não há acontecimento sem efectuação, não há acontecimento sem sentido.

O sentido é, assim, o trazer à linguagem do acontecimento; é o resultado, enquanto referência mútua, da interacção entre um acontecimento, que fornece a “matéria” do sentido, o seu conteúdo, e um sujeito que fornece a “forma” do sentido, a organização, a linguagem. Todo o acontecimento tem um sentido, na medida em que é percebido por um sujeito; e este não percebe senão através do sentido que concede àquilo que percebe. O mundo do sujeito é um mundo do sentido, um mundo constituído por factos e por acontecimentos, que não são factos nem acontecimentos para o sujeito senão porque apresentam um sentido para ele.

Uma vez que o sentido de um acontecimento é o resultado do seu trazer à linguagem, a significação de um acontecimento consiste no trazer à linguagem do seu sentido, na inserção deste sentido num quadro ideal de referência. *Explica-se um acontecimento atribuindo uma significação ao seu sentido*. Significar é uma actividade ideal que não trata senão de objectos de linguagem. Assim, o facto de o Sol nascer a Este exprime-se pela proposição “o Sol nasce a Este”. Esta proposição constitui o sentido deste acontecimento. A significação deste acontecimento resulta da inserção deste sentido num contexto ideal que se lhe adequa. A significação do

facto de o Sol nascer a Este é dada pela inserção deste facto, do sentido deste facto, na rede ideal da teoria astronómica.

O sentido é o acontecimento formulado em linguagem; a possibilidade de produção de sentidos, isto é, de, através da linguagem, se constituírem acontecimentos, ao formulá-los, depende da capacidade de utilização da linguagem pelo sujeito. Pode, assim, eventualmente, uma mera efectuação ser apreendida como acontecimento diferente, na medida em que sentidos diversos podem ser-lhe atribuídos em função das diversas capacidades de percepção e de formulação dos sujeitos que apreendem esta efectuação.

Estados de coisas, situações, modos de ser, fenómenos são acontecimentos cujo sentido se exprime através das relações que integram os elementos que os constituem. A lógica profunda da linguagem transcreve *aquilo que ocorre* e não *aquilo que é*. É necessário transcrever proposições estáticas (da forma sujeito/predicado) em proposições dinâmicas (nas quais o acento é colocado no verbo que designa o que ocorre), para que seja possível explicar acontecimentos. Em si mesma, uma substância não é explicável; conhece-se através da sua designação que lhe dá, simultaneamente, sentido e significação. Explicar uma substância consiste apenas em transformar a proposição que a designa, esclarecendo as relações que unem esta substância aos seus constituintes, ou ao seu contexto; sai-se da substância em si, transformando-a num acontecimento. De uma perspectiva *analítica* da definição substancial passa-se a uma atitude *sintética*, na qual a substância faz parte de um acontecimento. O sentido de uma substância em si equivale à verificação da sua existência; e aí não há nada a explicar; apenas se verifica. Ao contrário, o sentido de um acontecimento exige explicação; por isso, só a título de acontecimento é que uma substância pode ser explicada.

A *ocorrência* de um acontecimento situa este acontecimento na ordem do ser; o *sentido* do acontecimento situa-o na ordem da linguagem. O sentido é o aspecto verbal do acontecimento; a efectuação é o seu aspecto ontológico.

A efectuação de um acontecimento ocorre num mundo em que tal efectuação é possível, num mundo em que este acontecimento pode ter lugar. A efectuação de um acontecimento está, assim, directamente ligado à natureza do mundo em que se realiza; esta efectuação verifica-se no mundo em que ocorre; o sentido de um acontecimento efectuado verifica-se no quadro da linguagem em que se exprime e no quadro da linguagem

em que é exprimível. A explicação de um acontecimento, enquanto modo de verificação do seu sentido, consiste no pôr em relação do sentido deste acontecimento, considerado como um objecto de linguagem, com a linguagem de um explicador. Significa-se um acontecimento situando o seu sentido em relação a uma linguagem, a um objecto de linguagem apta a produzir significações.

Explicar um acontecimento consiste em transcrever o seu sentido para os termos de um quadro ideal em relação ao qual este acontecimento obtém uma significação. O acontecimento “Júlio Cesar morreu assassinado” possui uma significação no quadro de uma teoria biológica; mas tem outras significações, por exemplo, em relação a uma teoria política (as lutas pelo poder em Roma). Um acontecimento explica-se atribuindo uma ou várias *significações* ao seu *sentido*.

O sentido é a *expressão* de um acontecimento: é aquilo que se diz dele. A explicação de um acontecimento resulta do pôr em relação ideal do sentido deste acontecimento com um explicador, de modo a ser produzida uma significação adequada para este sentido. Este processo ideal tem lugar no quadro da linguagem, como atrás se referiu. Explicar um acontecimento, significar um sentido, consiste em tratar, por meio da linguagem, um objecto de linguagem. Dois objectos de linguagem, o sentido de um acontecimento e um meio de explicação (um quadro explicativo) produzem um terceiro elemento, uma significação, cuja intenção é explicar o acontecimento.

A distinção entre os três níveis de linguagem (linguagem do sentido, linguagem do quadro explicativo, linguagem da própria explicação) não se dá entre a linguagem vulgar, em que se expressa o sentido do acontecimento, e a linguagem especializada utilizada pelo explicador. Por vezes, o sentido de um acontecimento é expresso em linguagem vulgar, ao passo que a sua significação é efectuada em linguagem especializada. Mas o que distingue os diversos níveis de linguagem é mais a sua *função* e a sua *extensão* do que o seu *grau de complexidade* ou de *especialização*. A linguagem do quadro explicativo não é necessariamente mais complexa, nem mais especializada do que a linguagem do sentido, mas é, normalmente, de maior extensão. O sentido do acontecimento é transcrito pelo explicador; é esta transcrição que constitui a significação. A significação consiste na aplicação da teoria ao acontecimento, sendo este acontecimento integrado no conjunto dos acontecimentos explicáveis através da teoria. A integração é possível porque é possível a transcrição do sentido, atribuindo-se-lhe uma significação.

O sentido (dotado de exigências sistemáticas, críticas e metódicas) desempenha uma função *designatória* para o acontecimento; a significação consiste na generalização desta *designação*. É preciso, por isso, que o explicador estabeleça uma extensão verbal pelo menos igual à extensão da linguagem do explicado, justamente na medida em que explicar um acontecimento consiste em transcrever o sentido para uma linguagem mais geral.

O sentido exprime o acontecimento, a significação generaliza o sentido do acontecimento, situando este sentido num quadro ideal.

4. Significação e verdade do acontecimento/fenómeno

O sentido (objecto verbal) não pode ser explicado senão através de um objecto verbal de maior extensão; é esta inscrição do sentido do acontecimento, pelo explicador, que dá uma significação ao acontecimento.

Se o sentido desempenha a função designatória do acontecimento, a significação deve ser considerada como o factor da *verdade* deste sentido, em relação ao quadro ideal constituído pelo explicador. Por outras palavras, a significação de um acontecimento é aquilo que torna *verdadeiro* o sentido deste acontecimento no quadro ideal do explicador que produz esta significação; deste modo, a *verdade* do sentido de um acontecimento depende da sua integração no quadro ideal do explicador. A significação de um acontecimento é a *verdade*, uma verdade do seu sentido, uma medida em que o sentido pode ser expresso, de modo adequado, na linguagem. Há, portanto, tantas *verdades* de um acontecimento quantas o sentido deste acontecimento, a sua expressão verbal, possa ter significações; cada uma destas *verdades* depende do meio de explicação, do quadro explicativo, que produz a significação em questão, que propõe determinada verdade, em determinado quadro ideal.

A questão da verdade de um acontecimento pode, assim, ser posta de duas maneiras. Enquanto a *realidade* de um acontecimento se manifesta através da sua *efectuação*, a *verdade* de um acontecimento exprime-se, por um lado, através do seu *sentido* e, por outro lado, através da sua *significação*. A verdade de um acontecimento, expressa pelo seu sentido, reside na adequação que existe entre este acontecimento e o sentido que o designa.

A expressão de um acontecimento é verdadeira quando reflecte correctamente aquilo que ele é. Mas há que atender ao critério da verdade:

como sabemos que um sentido é adequado a um acontecimento, como se mede a adequação entre aquilo que é e aquilo que é dito daquilo que é? Seja como for, a verdade do sentido de um acontecimento reside na adequação entre este sentido e o acontecimento que ele designa. Ao contrário, a verdade de uma significação designa uma relação entre dois objectos verbais, a relação que liga um sentido ao quadro ideal de explicação. A verdade de uma significação reside na adequação entre um objecto verbal de menor extensão e um objecto verbal de maior extensão. A significação de um acontecimento é o produto da transcrição do sentido deste acontecimento nos termos do explicador: uma significação é, portanto, verdadeira quando explica bem, quando é coerente, quando exprime uma inserção adequada do sentido.

Existe, assim, a possibilidade de significações múltiplas para um mesmo sentido, em função de explicadores diversos deste sentido; e existe igualmente a possibilidade de umas significações serem melhores que outras, mais *verdadeiras* que outras, na medida em que forem confirmadas ou a sua validade reforçada através de significações contextuais.

5. Da descrição e da explicitação à explicação

A explicação consiste na atribuição de uma significação ao explicado, produzindo o explicador uma significação em relação ao sentido do acontecimento a explicar; quer dizer que explicar qualquer coisa é o mesmo que produzir uma significação em relação a qualquer coisa. Mas qual é o domínio e quais as formas diversas que pode tomar a explicação?

Explicar é *fazer conhecer*, é *tornar claro*, é *fazer compreender desenvolvendo*; atribui-se uma significação a um sentido descrevendo-o ou explicitando-o, situando-o em relação à sua origem, à sua estrutura, ou à sua função.

Descrever, explicitar, explicar através da origem, da estrutura, da função, são outras tantas formas da explicação, outros tantos modos de atribuição da significação. Todo o processo de explicação pode ser considerado como o conjunto das respostas às questões que podem ser colocadas em relação a um acontecimento qualquer. Cada uma das formas da explicação, considerada enquanto resposta a uma questão sobre a natureza do explicado é materialmente possível através da sua referência a um explicador que fornece o quadro ideal em relação ao qual o explicado está

situado. As diversas formas da explicação resultam de determinado aspecto do explicado que é posto em evidência: assim, *descrevem-se* objectos, factos, estruturas, fenómenos; *explicitam-se* objectos ideais, expressões verbais; *explicam-se* acontecimentos, situações, na perspectiva da sua origem, da sua estrutura, ou da sua função.

A descrição permite apreender mais correctamente o sentido daquilo que é descrito. Toda a descrição é uma abertura daquilo que é descrito, quer em relação a si mesmo, quer em relação ao seu contexto. A descrição visa aquilo que é, ao passo que a explicitação visa *aquilo que é dito*; descrevem-se estados de coisas, explicitam-se conceitos, analisando as suas implicações, as suas eventuais consequências. Perante uma certa neutralidade da descrição, a explicitação manifesta uma tendência à análise. As teorias propriamente analíticas podem ser consideradas como explicitações de conceitos, de axiomas, de regras de funcionamento. Pode, igualmente, considerar-se a interpretação de um texto como sua explicitação, na medida em que ela exprime o objecto verbal que é o texto interpretado.

A descrição mais radical, que é também a explicitação mais rigorosa, é a *definição*. Define-se uma entidade, um conceito, descrevendo-os segundo as suas propriedades essenciais. À partida, é possível descrever qualquer entidade ou qualquer conceito. A definição pode, assim, ser considerada como a pretensão de poder-se exprimir a essência do definido; a definição é uma explicitação do essencial do definido através da descrição da essência do definido.

A descrição e a explicitação são formas da explicação na medida em que aquilo que é descrito, que é explicitado, é mais bem conhecido, mais bem compreendido, depois de ter sido descrito, depois de ter sido explicitado.

A explicação consiste na atribuição de uma significação ao sentido do descrito, do explicitado. No entanto, explicar é sobretudo referir o explicado ao seu contexto através de uma relação causal cujo conteúdo é proposto num quadro de explicação.

Explica-se um *estado de coisas*, uma *situação*, um *modo de ser*, um *fenómeno*, considerando-os sob o aspecto da sua origem, da sua génese, da sua *produção*, sob o aspecto da sua *estrutura*, da sua constituição, sob o aspecto da sua *função*, da sua *finalidade*.

A explicação funda-se na suposição de que é possível distinguir, numa situação, aquilo que é essencial daquilo que o não é. Há uma profunda semelhança entre a explicação, através da estrutura, da descrição,

e sobretudo da definição, na medida em que esta tem como objectivo exprimir a essência do definido.

A explicação pelas causas pode ligar-se a uma dimensão temporal, situando-se através da *origem* no passado, através da *estrutura* no presente e através da *função* no futuro.

6. O sujeito explicador e o quadro explicativo (léxico e sintaxe)

O explicador é o sujeito da situação de explicação. O explicador deve ser capaz de apreender aquilo que tem de ser explicado; por outro lado, deve ser capaz de produzir os elementos necessários à explicação, para os aplicar àquilo que há a explicar.

O sujeito explicador sente a necessidade de explicar em virtude de o mundo não ser evidente para si, em virtude de pretender compreender o que o rodeia, por forma a poder prever. Sem o desejo de compreensão, o processo de explicação, apesar de ser possível, não é concretizado.

O sujeito explicador deve apreender aquilo que há a explicar como um explicável, como qualquer coisa que pode ser explicada, como um sentido que procura uma significação; deve, por isso, isolar e identificar aquilo que constitui o problema a explicar. O explicador deve, por outro lado, ser capaz de assimilar sistemas de explicação, isto é, objectos ideais de maior generalidade que os estados de coisas, que as situações, que os modos de ser, que os fenómenos que pretende explicar. Requer-se, portanto, que o explicador disponha de uma capacidade mínima de teorização que lhe permita assimilar os meios de explicação antes de os aplicar.

Depois de ter apreendido aquilo que há a explicar, o explicador deve atender àquilo que é explicável segundo determinado quadro ideal, em determinada linguagem de explicação. Isto é, antes mesmo de ocorrer a explicação propriamente dita que, como atrás dissemos, consiste na atribuição de uma significação ao sentido a explicar, o explicador procederá a uma espécie de pré-reconhecimento do explicado; antes de o explicar efectivamente, o explicador apreende o explicável como podendo ser transcrito em determinada linguagem de explicação. O explicável, antes de ser explicado, é classificado pelo explicador segundo os eventuais domínios ideais em que pode ser explicado. Dizer que qualquer coisa é explicável é já situá-la em relação a um ou vários meios de explicação. Uma função essencial do explicador é estabelecer a relação do explicável

com os seus potenciais meios de explicação, relação essa que se apresenta como indispensável à explicação propriamente dita.

O explicador deve dominar a linguagem do explicável, a linguagem dos meios de explicação, bem como as regras de transformação de uma linguagem noutra. Deverá, por outro lado, poder verificar se a significação obtida por esta transcrição é apreensível, útil e prática.

Em suma, uma vez admitido que é o desejo de saber, de prever, que provoca no explicador a execução do processo de explicação, verifica-se que o explicador opera através de escolha e de eliminação. A partir dos meios de explicação de que dispõe e dos explicáveis que procura explicar, o explicador escolhe entre os meios de explicação aquele ou aqueles que se lhe apresentam como mais convenientes ao explicável em questão, buscando continuamente uma inovação cognitiva.

Uma vez proposta uma explicação efectiva para um explicável, o explicador julga esta explicação em função da sua utilidade, isto é, da sua verificabilidade interna e externa. Mas a proposta de uma explicação para um explicável não é o termo do processo de explicação. O explicador pode e deve questionar o valor da explicação, o alcance da significação atribuída ao sentido do explicável. Uma vez que um mesmo explicável pode ser explicado de diversas maneiras, um mesmo sentido pode obter várias significações; e onde várias explicações são possíveis, umas são mais fecundas que outras. O explicador tem, por isso, uma palavra a dizer sobre o valor da explicação que apresenta.

Nesta teoria da explicação, um acontecimento/fenómeno é explicado quando o seu sentido, a sua expressão verbal é posta em relação com um quadro ideal em que se situa. Este quadro explicativo envolve uma *estrutura*, é dotado de uma determinada *constituição* e ordena-se a uma concreta *aplicação*. Este quadro é um objecto ideal, um objecto de linguagem, que se apresenta sob a forma de um conjunto de proposições. Seja qual for a forma como este quadro for constituído, a explicação propriamente dita consiste na aplicação dos seus elementos ao explicado. O explicado, isto é, o sentido de um determinado acontecimento/fenómeno que procura uma significação, é posto em relação com uma ou com várias proposições expressas na linguagem deste quadro.

O quadro explicativo é um objecto ideal. Este quadro diferencia-se de outros, revestindo-se de autonomia em relação a eles; é uma entidade autónoma integrada num contexto. É constituído essencialmente pela linguagem e não existe fora dela; é esta o seu suporte material, seja qual

for o ideal expresso. Este objecto ideal é constituído fundamentalmente por proposições declarativas (indicativas) que servem para manifestar sentimentos, para significar sentidos; o quadro ideal explicativo serve apenas para significar; esta significação enquadra-se num universo de relações: relações entre objectos, entre objectos e propriedades de objectos, entre sujeitos, entre sujeitos e sentimentos, entre sujeitos e objectos.

A transcrição do sentido de um acontecimento/fenómeno em termos de linguagem deve atribuir-lhe uma significação adequada; por isso, o quadro ideal explicativo deve ser um objecto de linguagem suficientemente complexo para que a transcrição do sentido em significação possa ter lugar efectivo. O quadro explicativo é formado por um *léxico* que serve de matéria ao conteúdo das proposições declarativas que o constituem; e por uma *sintaxe* (conjunto de regras de ligação, de implicação e de exclusão) que desempenha o papel de uma lógica de associação e de relação para as proposições declarativas. O léxico designa a extensão da linguagem constitutiva do quadro explicativo; o léxico mais extenso é constituído pela linguagem vulgar; o quadro fundamental da explicação é igualmente constituído pela linguagem vulgar. Todo o explicável se torna explicável em termos de linguagem vulgar. A organização da linguagem vulgar é o quadro verbal utilizado por todo o explicador.

A *sintaxe*, quer seja geral e conforme ao uso da linguagem vulgar, ou restrita a determinado modo de explicação, ordena e regula a estrutura, a causalidade e a função presentes nos acontecimentos/fenómenos a explicar. Toda a explicação passa, assim, por um objecto de linguagem, integrando um léxico e uma sintaxe. São as regras da sintaxe que permitem a produção, através de termos do léxico, de proposições declarativas adequadamente formuladas no quadro ideal em questão; este quadro é um sistema verbal aberto, na medida em que admite transformações, quer sobre o léxico, quer sobre a sintaxe (pense-se, a título de exemplo, na extensão das teorias científicas em relação aos acontecimentos/fenómenos que provocaram a sua elaboração). A explicação é, como se vê, o produto da actividade livre, da actividade lúdica do sujeito explicador. Ele próprio, sob este aspecto, entra na explicação, explicitando as suas motivações, projectando-as na detecção das hipóteses a comprovar. O domínio de aplicação da explicação inclui tudo aquilo que o explicador é capaz de explicar.

É-nos agora possível precisar melhor o que se entende por explicação de um acontecimento/fenómeno. A explicação de um acontecimento/

fenómeno faz-se pela atribuição de uma significação ao sentido do acontecimento através da sua expressão verbal. Mas importa esclarecer como é que um sentido é transcrito numa significação determinada.

A relação de um acontecimento com determinado elemento explicativo depende da aptidão do sujeito explicador para efectuar uma categorização do acontecimento, antes mesmo de estabelecer o processo de explicação. O explicador possui um conhecimento prévio do domínio de explicação do acontecimento que procura explicar, em função do sentido que lhe atribui, da forma como o formula. Este acontecimento prévio é, geralmente, fundado na prática, na experiência adquirida do sujeito explicador através da qual aprendeu a integrar modelos de explicação, a adoptar possíveis quadros de explicação para os acontecimentos. É através da familiaridade do sujeito explicador para com diversos modelos de explicação que ele próprio efectua a delimitação do domínio de explicação do acontecimento/fenómeno a explicar.

Pode suceder que o sujeito explicador decida, a partir da visualização de hipóteses inesperadas, alargar o domínio da explicação do acontecimento, colocando-o, então, em relação com elementos novos. É através desta extensão do domínio de explicação do acontecimento/fenómeno a explicar que, simultaneamente, se dá uma extensão do quadro de referência da própria explicação a estabelecer; revela-se, aqui, porventura, a genialidade do sujeito explicador, ao descobrir, no acontecimento a explicar, uma estrutura e um sentido novos que lhe permitem atribuir uma significação nova; surge aqui a criatividade e a invenção dos génios. Na verdade, a transcrição do sentido numa significação é decisiva e fundamental, como acima referimos. Como é que uma proposição declarativa pode transformar-se na significação do sentido de um acontecimento? Torna-se necessário atender à transição do sentido para a significação, da expressão verbal de um acontecimento/fenómeno para a explicitação desta expressão verbal. Cada acontecimento /fenómeno tem um sentido que é a sua expressão verbal, o seu aspecto ideal; a sua realização constitui o seu aspecto ontológico.

Explicar o sentido de um acontecimento/fenómeno consiste em explicitar as proposições que constituem este sentido através de outras proposições. O problema que a explicação de um acontecimento/fenómeno apresenta é o do estabelecimento da relação do seu sentido com determinado conjunto de proposições que irão constituir a sua significação. Atendendo a que o sentido de um acontecimento/ fenómeno constitui

um objecto de linguagem, verificamos que toda a explicação é uma explicitação.

O sentido de um acontecimento é explicável quando os termos em que este sentido é formulado podem ser transcritos, podem ser explicitados em termos de linguagem; uma significação valerá para um determinado sentido quando este sentido puder ser transcrito nos termos da linguagem em que esta significação é expressa. A significação, conjunto ordenado de proposições declarativas, propõe um quadro de explicação, que é mais geral, mais extenso que o sentido a explicar. A explicação torna-se efectiva quando o sentido, transcrito em linguagem, constitui um caso particular da significação que lhe é atribuída.

Conclusão

Para concluir estas reflexões acerca da explicação, algumas observações se nos apresentam como fundamentais:

1. A primeira é que a explicação nunca termina; quando se examina a situação de explicação, verifica-se que a explicação de um acontecimento/fenómeno, por mínimo que seja, nunca termina. Com efeito, para explicar o acontecimento, é necessário inseri-lo num contexto que lhe atribui uma significação. Mas este contexto exige ele próprio ser explicado no contexto em que se insere; e assim sucessivamente. Isto é, a significação do sentido de um acontecimento nunca é fechada, sendo os seus limites os limites da linguagem que explica o conjunto daquilo que é e daquilo que é dito sobre aquilo que é. Toda a significação está fundada numa ideia de totalidade, toda a significação tem um fundamento ontológico. Daí que a ciência, constituída através dos parâmetros metodológicos da explicação, remeta, finalmente, para uma dimensão de fundamentação ontológica.
2. A segunda observação diz respeito ao facto de a explicação não acrescentar nada ao explicado. A explicação de um acontecimento/fenómeno não age sobre a natureza desse acontecimento/fenómeno, uma vez que a explicação não trata senão

do sentido do acontecimento/fenómeno, da sua expressão verbal e não da sua realidade. Nada se acrescenta ao explicado uma vez explicado. Explicar qualquer acontecimento/fenómeno (como o nascer do Sol, a batalha de Aljubarrota, os ciclos económicos de uma dada sociedade em determinada época) nada acrescenta à natureza destes acontecimentos/fenómenos. Isto, todavia, não significa que uma explicação não produza marcas: a explicação não age, efectivamente, sobre o explicado, mas age sobre o sujeito explicador; é este quem muda: primeiramente, fica mais rico com a explicação; depois, porque, eventualmente, esta explicação pode influenciar a sua própria vida, o seu agir pessoal; o processo de explicação nasce do desejo de saber do sujeito explicador; este desejo de saber é o desejo fundamental do homem. É, portanto, o explicador (e não o acontecimento/fenómeno explicado) quem sofre directamente o impacto da explicação, podendo este impacto produzir efeitos intersubjectivos, sobretudo se o processo de explicação se dirigir a outros; este será o aspecto teleológico colateral mais importante da explicação de qualquer acontecimento/fenómeno.

3. A explicação provoca, paradoxalmente, a interpelação, através da interpretação e, finalmente, da compreensão (na acepção de busca da evidência, como dizia Bultmann), envolvendo-se mutuamente numa espiral dialéctica, dada a inevitável *circularidade* (não viciosa, mas condicionante) do saber, polarizada entre o homem e o mundo. A perspectiva hermenêutica assume, assim, uma pertinência central no processo de explicação.
4. A ciência, como resultância do processo de explicação, é perpassada por uma consciência hermenêutica evidenciadora das condições transcendentais do sujeito explicador. Só a partir daqui será possível, como refere Kuhn, a construção dos *paradigmas* como definidores da lógica interna que presidirá ao desenvolvimento posterior da ciência.
5. Na relação do homem com o mundo não existe, por um lado, a

compreensão e, por outro, a explicação; o que existe é uma relação de interpretação em que, pela sua estrutura ontológica, o homem lê o mundo, sem poder deixar de o ler e de o trazer à linguagem. É no seio desta relação que se desenvolvem, na sua complementaridade dialéctica, a *compreensão* e a *explicação*, percorrendo o itinerário da *pré-compreensão*, à *explicação* até à *compreensão crítica*. Como claramente refere P. Ricoeur, “explicar e compreender não constituem pólos de uma relação de exclusão, mas momentos relativos de um processo complexo a que se pode chamar interpretação”⁽⁵⁾. Ficam, assim, superadas as dicotomias tradicionais que associam a *explicação* ao naturalismo positivista e a *compreensão* a um mentalismo de tipo idealista. São ainda palavras de Ricoeur: “(...) não há dois métodos, o explicativo e o compreensivo. Estritamente falando, só a explicação é metódica. A compreensão é antes o momento não metódico que (...) compõe com o momento metódico da explicação. Em compensação, a explicação desenvolve analiticamente a compreensão”⁽⁶⁾. Ricoeur, com esta posição dialéctica de um pólo *metódico* e de um pólo *não metódico*, desloca o problema de uma dimensão puramente *epistemológica* para uma dimensão *ontológica*; a impossibilidade de dissociar a explicação da compreensão testemunha, no coração da epistemologia, uma pertença do nosso ser ao ser que precede toda a objectivação; o pólo não metódico que é a compreensão constitui (e cito ainda P. Ricoeur) “o índice não metódico mas propriamente veritativo da relação ontológica de *pertença* do nosso ser aos seres e ao Ser”⁽⁷⁾.

6. Todavia, esta radicação ontológica da epistemologia, através do laço da compreensão que une o homem ao mundo, não deve fazer esquecer a outra dimensão da problemática científica: a necessidade do distanciamento objectivante que constitui a

⁽⁵⁾ RICOEUR, P., “Expliquer et Comprendre: Sur Quelques Connexions Remarquables entre la Théorie de l’Action et la Théorie de l’Histoire”, in *Revue Philosophique de Louvain*, 75, Fevereiro, 1977, p. 127.

⁽⁶⁾ Ibidem, p. 145.

⁽⁷⁾ Ibidem, p. 146.

especificidade daquilo que designamos por *ciência*. É ao pólo metódico, à *explicação*, que cabe essa tarefa de objectivação específica da ciência.

7. O real é mudo se não tiver a quem falar. E se nos fala, fala-nos sempre à nossa medida. O homem, enquanto ser no mundo, escuta sempre a voz do ser, mas ouve-a sempre à medida das estruturas que *diferencialmente* o definem (a *linguagem* que nele fala, a *tradição* de que é herdeiro, os *pré-conceitos* que transporta, os *paradigmas* em que é educado). O escutar é múltiplo porque a razão é plural; isto é, não há razão, não há uma única estrutura de noeticidade, mas *racionalidades diferenciais* que dizem o ser à sua maneira. Por isso, em sentido rigoroso, não há *ciência*, mas ciências, formas diferenciadas de cientificidade, de objectivação do mundo, do ser. Como escreve Rorty, comentando Kuhn, científico é aquilo que é “comensurável”; “a aplicação dos títulos honoríficos como *objectivo* e *cognitivo* não é nunca mais do que a expressão da presença ou a esperança de um acordo entre investigadores”⁽⁸⁾ cujos trabalhos de *explicação* dos acontecimentos se desenvolvem à sombra de um determinado “paradigma” adoptado pela comunidade científica em que se integram. Desmorona-se, assim, toda a fundamentação trans-subjectiva da especificidade das ciências ditas naturais e das ciências ditas humanas.

⁽⁸⁾ RORTY, R., *La Filosofía y el Espejo de la Naturaleza*, (trad. esp. de J. F. Zulaica), Ediciones Catedra, Madrid, 1983, p. 304.

PARA UMA TEORIA DESCRITIVA DA EXPLICAÇÃO

SÍNTESE

Introdução: Explicação e compreensão serão estratégias dicotómicas?

1. A explicação enquanto situação cognitiva;
2. Explicação e linguagem;
3. Facto, acontecimento, sentido e significação;
4. Significação e verdade do acontecimento/fenómeno;
5. Da descrição e da explicitação à explicação;
6. O sujeito explicador e o quadro explicativo (léxico e sintaxe).

Conclusões:

1. A explicação é interminável;
2. A explicação nada acrescenta ao explicado;
3. A explicação provoca a interpelação através da interpretação e da compreensão;
4. A ciência é perparada por uma consciência hermenêutica das condições transcendentais do sujeito explicador;
5. Na relação do homem com o mundo estabelece-se um itinerário da pré-compreensão, à explicação e à compreensão crítica;
6. A radicação ontológica da epistemologia implica outra dimensão da problemática científica: a necessidade do distanciamento objectivante que constitui a especificidade da ciência;
7. A explicação, modelando a objectivação científica, implica racionalidades diferenciais que, acentuando o carácter dinâmico do saber para além de verdades absolutas e definitivas, apontam para uma integração finalista da actividade científica.